

# **Carta aos trabalhadores da IP e participadas**

## **O ESCLARECIMENTO QUE SE IMPÕE:**

AIP resulta da decisão política de fundir a REFER com a EP.

**Discordámos da fusão, mas tendo esta sido consumada, era expectável que, passados dois anos, tivesse havido uma harmonização das condições de trabalho e dos valores salariais.**

Neste contexto, iniciou-se o processo de negociação de um ACT que abranja todos os trabalhadores, independentemente do vínculo e do contrato de trabalho que tenham.

**É ponto assente que os Sindicatos exigem condições iguais para todos.**

Em Abril de 2017 foi-nos feita a primeira proposta pela Empresa, que não resolvia a questão da igualdade de direitos e condições, sendo recusada por todas as Estruturas Sindicais.

**Perante isto, a Comissão de Trabalhadores convocou os sindicatos e propôs que em conjunto fizéssemos uma contra proposta.**

**Aceitamos o desafio, deixamos as diferenças de lado e elaboramos o documento que enviamos à IP, esse documento que está publicado nos «sites» dos Sindicatos e da Comissão de Trabalhadores. 14 Sindicatos elaboraram e subscreveram o documento.**

AIP enviou duas novas propostas, sendo que a última tem algumas cláusulas interessantes mas na generalidade não resolve o problema da desigualdade entre trabalhadores. Por sua vez insiste em retirar de direitos de que não podemos abdicar e não adapta o documento aos tempos atuais.

Recebemos igualmente uma proposta de revisão do Regulamento de Carreiras. Este apresenta alguns benefícios para as carreiras mais baixas, o que achamos bem, mas deixa de fora praticamente todos as outras e isso não podemos aceitar. É proposta a fusão de muitas categorias. Temos muitas dúvidas quanto a esta matéria. O documento encontra-se em estudo pelos dos Sindicatos.

**Apesar de todos os nossos esforços, a Empresa tem adotado uma postura de bloqueio do processo e de não negociação. Ao fim de um ano de discussões, não há ainda nada decidido.**

**Como os trabalhadores não vêem os seus salários actualizados desde 2009, os Sindicatos propuseram um aumento intercalar dos salários: 4% garantindo um aumento mínimo de 50 euros, valores estes negociáveis e tendo por base aquilo que foi acordado com a CP.**

**A resposta da IP foi que não haveria aumentos salariais porque o OE 2018 não permitia, mas a verdade é que na CP - empresa com a mesma tutela do Estado! - houve aumentos salariais.**

É nossa obrigação esclarecer que as atualizações de índice ou de descongelamentos de escalões e pagamentos de diuturnidades não são aumentos salariais. São reposição de direitos adquiridos.

**Também o pagamento de variáveis não é aumento salarial, e aqui a IP optou por pagar o que quis, como, quando e da maneira que quis. Esqueceu-se de pagar os variáveis relativos aos anos entre 1996 e 1999, tal como se esqueceu de incluir grande parte das cláusulas de expressão pecuniária, com destaque para o prémio de exploração/ produtividade, esse último pago na CP. AIP não mostrou vontade de negociar o ACT!**

**Só nos restou a greve.**

Na tentativa de impedir a greve de 12 de março, no dia 10 desse mesmo mês a empresa fez uma

**proposta de “harmonização” do subsídio de almoço, solução que foi recusada por não ser um aumento transversal e em que uns trabalhadores iriam receber um aumento mensal de €75,46 e outros de €1,76. Estes valores seriam pagos em 9 meses, em vez de 14, e estes valores não constariam da tabela salarial, pelo que não aceitámos.** Nada mais foi proposto.

**Nessa reunião foi afirmado que podiam aumentar salários mas que não o pretendiam fazer.**

**A greve foi mesmo para a frente. Foi uma grande greve que a IP ignorou. Nunca fomos chamados pela administração da empresa.**

**Numa reunião anteriormente agendada foi-nos dito que não tinham capacidade nem autonomia nem autorização para negociar aumentos salariais. Não sabemos se em relação ao ACT a situação é semelhante ou não.**

Este comportamento da IP, levou-nos a recorrer à tutela

**Aí negociámos a nossa proposta, tendo chegado a um acordo – o acordo possível.**

**Estava tudo negociado, mas aquando da passagem a escrito redação do acordo, fomos confrontados com um texto totalmente diferente em prejuízo dos trabalhadores: os 25€ no ultimo mês com passagem para a tabela em Janeiro de 2019 não constavam, a inclusão dos trabalhadores do QPT também não; a obrigatoriedade da tutela em participar na negociação do ACT passou a uma mera possibilidade; e a dispensa anual com retribuição tornou-se “sem retribuição”, além que nos era vedado o direito constitucional que convocar qualquer greve até à assinatura do ACT.**

Perante isso, recusámos aceitar o acordo.

Nunca estive em cima da mesa nenhum subsídio; foi proposto um pequeno ajuste no subsídio de alimentação, deixando o valor à consideração da IP, que prontamente rejeitou a proposta

**Estamos dispostos a passar para o papel o acordo verbal celebrado à mesa da negociação.**

**Iremos enviar a proposta escrita à tutela, aquela que acordamos verbalmente, para que seja subscrita pelo Ministro do Planeamento e Infraestruturas e pelo Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal. Iremos esperar 15 dias para que tal aconteça.**

A nossa disponibilidade para desbloquear a situação é total, quer na negociação do ACT quer nas atualizações salariais, mas não deixaremos de fazer o que tem que ser feito pela defesa dos vossos direitos.

**Caso não haja respostas da tutela, novas greves serão anunciadas, sendo que a próxima ação de luta será um Plenário Nacional de Trabalhadores, no dia 19 de Abril, em Lisboa, para o qual convidamos todos os trabalhadores da IP e das Participadas a participarem e onde poderão pôr todas as vossas questões às Estrutura Sindicais.**

Tem havido uma grande tentativa de desestabilizar esta plataforma de estruturas sindicais da IP. Todas as manobras têm sido feitas, mas a verdade é que estamos mais unidos e todos estão empenhadíssimos. Cada Sindicato, com os meios que dispõe, faz o melhor que pode e sabe, na defesa de todos os trabalhadores, independentemente da categoria, do local onde trabalhem ou da empresa de que transitaram.

**Podeis continuar a contar connosco e nós contamos convosco.**

As Organizações Sindicais

9 Abril 2018